

IX conferencia sobre as Mudanças Climáticas em Africa

Evidências mostram que as alterações climáticas são uma ameaça real global e globalizante. Fenômenos climáticos e meteorológicos extremos são cada vez mais frequentes e intensos. Afetam a sustentabilidade do planeta.

Chuvas intensas, secas severas, aumento do nível do mar, temperaturas extremas, erosão costeira, incêndios, epidemias e pandemias são manifestações tão evidentes que não dá para serem minimizadas.

Aumento de populações em pobreza extrema, de situações de insegurança alimentar e de migrações são realidades que tendem a aumentar em consequência dos efeitos das alterações climáticas particularmente sobre os países em desenvolvimento.

Em várias zonas africanas a sul do Sahel, onde predominam áreas com enormes fragilidades estruturais, como zonas áridas ou semiáridas propensas à insegurança alimentar, as alterações climáticas têm tido o efeito de acentuar estas fragilidades e aumentar significativamente os impactos na saúde das populações, na criação de gado e na prática da agricultura.

Os SIDS enfrentam um conjunto único de vulnerabilidades econômicas e ambientais; são economias pequenas e com elevado grau de abertura ao exterior, muitas delas fortemente dependentes do turismo. Cabo Verde está nesta categoria de países. É importante ter em conta a especificidade dos SIDS no que se refere à sua elevada exposição a choques externos e aos critérios de elegibilidade com base no PIB per capita, que os penaliza.

A pandemia da COVID 19 veio demonstrar de forma mais evidente os graves impactos globais que não conhecem fronteiras. Os efeitos das alterações climáticas também não conhecem fronteiras e só podem ser mitigados e reduzidos com mecanismos de prevenção, regulação e de respostas globais. Esta abordagem, obviamente, não desresponsabiliza cada país individualmente, amplifica, sim, as responsabilidades, para situa-las ao nível do planeta e de compromissos com as gerações futuras.

Minhas Senhoras

Meus Senhores

Esta Conferencia constitui, para os países africanos, um importante passo em frente na preparação da COP26. Deveremos aproveitar o debate nesses dois dias na cidade de Santa Maria para prepararmos elementos de uma posição única africana. Constituir uma voz forte, clara e unificada em Glasgow, pois esta COP26 só será um sucesso se a África estiver no centro das negociações.

Três pontos que gostaríamos de partilhar:

Primeiro – o papel indispensável que o continente africano deve desempenhar nos esforços globais para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e limitar o aquecimento global a 1,5 graus Celsius.

A África é tomadora de crises. É o continente que produz menos emissões de gases com efeito de estufa - 4% do total - mas que sofre mais as

consequências das alterações climáticas. Esta percentagem não é para ser aumentada com a transferência de responsabilidades climáticas dos países desenvolvidos. Pelo contrário, as necessidades energéticas e industriais que a África padece devem ser supridas por tecnologias limpas, eficientes e amigas do ambiente

Segundo – a massificação das energias renováveis é uma grande oportunidade industrial e de criação de empregos. África tem recursos renováveis abundantes.

Segundo o Bureau of Labor Statistics dos EUA, tendências mostram que dos dez empregos com crescimento mais rápido de 2020 a 2030 nos EUA, dois são no domínio das energias renováveis: técnicos de manutenção de turbina eólicas e técnicos de instalação de solares fotovoltaicos. Estas tendências acompanham as projeções de crescimento da demanda por energias renováveis.

Terceiro – o financiamento do desenvolvimento.

Perante a crise pandémica que o mundo vive, é preciso assegurar que a agenda de financiamento climático não fique prejudicada. O financiamento climático deve estar à altura dos desafios e o seu acesso mais facilitado através de canais bilaterais e multilaterais.

Por outro lado, impõe-se encarar com sentido de prioridade o alívio da dívida externa dos países em desenvolvimento e dos SIDS. Muitos países ficaram mais endividados devido à grave contratação económica e às despesas

extraordinárias para a proteção sanitária, económica e social derivadas da pandemia da COVID 19.

São países que estão confrontados com triplo desafio: (1) responder às crises pandémica e relançar as economias; (2) alinhar respostas preventivas e de ação climática e; (3) investir em transformações estruturais que aumentem a resiliência, o potencial de crescimento económico e as possibilidades de atingir o desenvolvimento sustentável. Estamos assim a falar de tripla dimensão inter-relacionada do financiamento: (1) financiamento para vencer a pandemia, nomeadamente o acesso universal à vacina; (2) financiamento para a ação climática, de iniciativas de adaptação e mitigação e; (3) financiamento para a agenda 2030 do desenvolvimento sustentável.

Minhas Senhoras

Meus Senhores

As mudanças climáticas são uma ameaça real para Cabo Verde, um dos países mais vulneráveis aos impactos deste fenómeno, exposto a eventos extremos, como secas severas, chuvas intensas e irregulares, cheias, avanço do mar e erosão costeira.

Orientamo-nos pela responsabilidade ambiental, alinhada com os grandes princípios e acordos internacionais em matéria do ambiente e condizentes com as condições de um Estado insular de ecossistemas frágeis.

É na valorização dos recursos endógenos associados ao capital humano e à tecnologia que ambicionamos aumentar a resiliência económica e ambiental do país.

Em primeiro lugar, transformando o sol e o vento em energia segura, eficiente e sustentável em mercados regulados.

Temos como objetivo atingir 30% de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis até 2025, ultrapassar os 50% em 2030 e alcançar 100% em 2040, acompanhado por medidas de redução progressiva da intensidade energética para melhorar a eficiência.

Temos ainda como objetivo atingir 100% da mobilidade elétrica em 2040, começando por substituir, até 2026, 25% da frota nacional de transportes públicos rodoviários por veículos Elétricos.

Em segundo lugar, viabilizando a agricultura através da diversificação das fontes de irrigação.

Cabo Verde é um país que chove pouco e de forma irregular. Queremos reduzir a dependência da agricultura das chuvas através da massificação da dessalinização de água salobra, da reutilização segura das águas residuais tratadas, do recurso à energia fotovoltaica e da massificação da rega gota-a-gota. É neste sentido que os investimentos e as reformas têm sido feitos nos últimos anos.

Em terceiro lugar, aproveitando os recursos do mar.

Cabo Verde é um país com muito mais mar do que terra. O desenvolvimento da economia azul é uma prioridade do ponto de vista económico, da preservação da biodiversidade, do conhecimento e da investigação científica e oceanográfica.

Em quarto lugar, criando competências humanas, institucionais e relacionais para melhorar a Governança Climática.

Estamos empenhados na melhoria da Governança Climática com a criação de uma Autoridade Pública para garantir o planeamento, gestão e implementação da política climática do País e para dotar o país de Planos de Resiliência Climática nos sectores chave de desenvolvimento como recursos hídricos, agricultura, saúde, zonas costeiras e turismo.

Minhas Senhoras

Meus Senhores

O próximo ano será a vez de África acolher a COP27. Terá lugar em novembro de 2022 no Egito. O sucesso da COP26 dará a África o impulso necessário para se preparar para a próxima COP.

Juntos podemos fazer muito mais.

Juntos somos mais fortes.

Muito obrigado.